

A EXPRESSÃO DO SUJEITO EM *INÚTIL* SOBRE A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA (AD)¹

Alcenir de Sousa Luz e Leila Maria Ramos Fontes²

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo desenvolvido com a Análise do Discurso de linha Francesa (AD) e fundamentado no contexto sócio-histórico-político que compreende os últimos anos do Período Militar no Brasil. Temos como objeto de investigação a música *Inútil* da banda *Ultraje a Rigor*. Consideramos o contexto citado como base para articular o linguístico e o social, e dessa forma, encontrar a relação entre linguagem e ideologia, pois o discurso do sujeito em estudo representa a formação ideológica de um grande grupo, a população brasileira. O compositor vê a linguagem como ação, no sentido de que a palavra articulada representa a manifestação do sentimento de ser sem préstimo na conjuntura que envolve o sistema político vigente durante a Ditadura.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Ideologia, Identidade Nacional.

ABSTRACT: *This article presents a study developed with the discourse analysis to the French (AD) and grounded in the socio-historical and political cover last year's Military Period in Brazil. We have an object of research the music of the band Useless Beth Hart. Consider the context cited as the basis for articulating the linguistic and social, and thus find the relation between language and ideology, as the discourse of the subject under study represents the ideological formation of a large group, the Brazilian population. The composer sees language as action in the sense that the word articulated is the manifestation of the feeling of being useless in the situation involving the political system during the dictatorship.*

KEY-WORDS: *Discourse, Ideology, National Identity.*

¹ Artigo produzido na disciplina de Português III Monográfico, ministrada pelo Prof. Ms. Carlos José Lírio. A mesma é ofertada ao curso de Licenciatura Plena em Letras na Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB – Picos/PI.

² Graduandas do curso de Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB / Picos-PI. E-mail: alcenirluz@hotmail.com e leilinharamos@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva examinar, à luz da Análise do Discurso de linha Francesa (AD), fragmentos da composição *Inútil* da banda *Ultraje a Rigor*. Isso implica dizer que o gênero textual música será analisado por um viés sócio-histórico, o que permite o enfoque de gênero de discurso.

A realização deste estudo parte da inquietação sentida pelas autoras em identificar as causas que levam o produtor do texto a praticar alguns desvios com relação à norma culta do português. Compreendemos que tais ocorrências são geradas a partir da intenção de dar voz aos brasileiros privados de seus direitos políticos. Considerando a inexistência de fontes que abordassem esses aspectos na letra da música citada, sentimos a necessidade desta produção científica, que se torna relevante ao passo que contribui para a construção de um dado conhecimento.

Optamos por esta perspectiva teórica por possibilitar vincular texto e história, abrangendo embates históricos, sociais e políticos, uma vez que se pretende mostrar, por meio da linguagem utilizada pelo produtor do texto, o sentimento do cidadão como sujeito passivo no contexto que envolvia o sistema eleitoral ainda vigente nos últimos anos do Período Militar no Brasil.

Este estudo tem como fundamentos teóricos as obras de Brandão (2004), Bechara (2009), Charaudeau (2007), Chaui (1994), Costa (2001), Fausto (2007), Fiorin (2007), Savioli e Fiorin (2006), Koch (2002), Kucinski (2001), Lacerda (2001), Maingueneau (1993; 1998), Mussalim e Bentes (2004) e Orlandi (1987). Vale ressaltar que tivemos a oportunidade de realizar uma entrevista por telefone com Roger Rocha Moreira – compositor da música em estudo, bem como de outras canções, guitarrista e vocalista da banda de rock brasileira *Ultraje a Rigor*. O mesmo falou espontaneamente, assim como respondeu alguns questionamentos acerca da origem de *Inútil*. Suas informações foram imprescindíveis para que entendêssemos “como o texto significa”, isto é, que estratégias discursivas o compositor utiliza para produzir determinados sentidos.

Salientamos que será descrito o período histórico entre os anos de 1964 e 1985 – em que o Brasil foi governado sob o Regime Militar, marcado principalmente pelo autoritarismo – sobretudo, 1983, ano em que a música foi produzida.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA (AD)

Conforme Koch (2002, p. 18), “foi com o surgimento da Pragmática que o estudo do discurso [...] passou a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre a linguagem. [...] Desse modo, o discurso foi-se tornando objeto central de diversas tendências da linguística moderna, como a Análise do Discurso [...]”. Nos anos 50, trabalhos como os de Harris, R. Jakobson e Benveniste deram um impulso decisivo para a constituição da Análise do Discurso como disciplina, porém com posturas teóricas diferentes: o primeiro, marca a perspectiva americana; os dois últimos seguem a corrente europeia. Esta compreende a escola francesa de Análise do Discurso, chamada de AD.

Em fins dos anos 60, Michel Pêcheux dá início à Análise do Discurso na França, como seu principal articulador. A ideia central da AD é criar um sujeito descentrado, ou seja, incorporar o outro para constituir o “eu”, relativizando o eu-tu.

Segundo Brandão (2004, p. 16),

Há uma certa tradição intelectual europeia (e sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a Linguística, Marxismo e a Psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos.

Por esse viés, a linguagem é vista em interação com o exterior, ao passo que as construções ideológicas são fundamentadas num contexto sócio-histórico. Dessa forma, os

termos discurso e ideologia são imprescindíveis à compreensão desse campo teórico, pois o discurso constrói a ideologia que constitui o sujeito produtor e, assim, constrói a sua identidade individual, que por sua vez, caracteriza a identidade coletiva.

3 A RELAÇÃO ENTRE O CONTEXTO HISTÓRICO DO PERÍODO MILITAR NO BRASIL E A EXPRESSÃO DO SUJEITO EM *INÚTIL*

Averiguando a escritura do gênero discursivo letra de música, certificamos inadequações em relação à concordância verbo-nominal, cuja é estabelecida pela Gramática Normativa. O desvio proposital da norma culta da língua portuguesa é uma estratégia discursiva utilizada para produzir determinados efeitos de sentido, tais quais serão mencionados posteriormente. Pelo viés normativo, ocorrências do tipo “a gente somos inútil” é classificada como Silepse. Sobre essa questão, atentemos às palavras de Bechara (2009, p. 544-547):

A concordância de *palavra* para *sentido* se diz [...] concordância “*ad sensum*” ou *silepse* [...] a palavra determinante pode deixar de concordar em gênero e número com a *forma* da palavra determinada para levar em consideração, apenas, o *sentido* em que esta se aplica [...] A expressão *a gente* é aplicada a uma ou mais pessoas com inclusão da que fala.

Percebemos então, que a silepse trata de uma concordância ideológica. Esse recurso estilístico foi utilizado pelo compositor para fundir linguagem e ideologia, de forma que esta última possui elementos representativos da realidade histórico-político-social do Brasil e, por isso, é essencial para que a crítica se torne mais evidente. O objetivo é enfatizar a inutilidade desse “a gente”, capaz sequer de estabelecer uma concordância entre o verbo e o sujeito. Assim, essa “concordância irregular” foi aplicada com uma intencionalidade que merece ser estudada dentro do seu contexto de produção.

Desde os primeiros períodos da história do Brasil travam-se discussões sobre o regime político, por isso, cabe aqui um parêntese acerca do processo político no regime instaurado após 31 de março de 1964. “A emenda nº. 1 da Constituição de 1967 [...] previu-se a criação de um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das Assembléias Legislativas dos Estados. Geisel foi o primeiro presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral” (FAUSTO, 2007, p. 489). Com base nessa citação compreendemos que vigorava o sistema de votação por eleição indireta, o que excluía a participação do cidadão “comum”.

Em 1982, ainda no mandato do último Presidente Militar, o general João Batista Figueiredo, ocorreram eleições diretas para nomear de vereadores a governadores dos Estados. No ano seguinte, o PT assumiu a luta de promover campanha pelas eleições diretas para presidente da República, a campanha pelas “Diretas Já”. A partir de então, o movimento se tornou quase uma preferência nacional (FAUSTO, 2007). Mas, houve uma rejeição por parte da Câmara dos Deputados, prosseguindo, assim, com a existência do Colégio Eleitoral, o qual foi extinto somente com o advento da Constituição de 1988. Observe as palavras de Fausto (2007, p. 509-510):

A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira [...] [Esta] não passou. Faltaram na Câmara dos Deputados somente 22 votos. Precisava de 320 votos [...] Desses votos, 55 eram de deputados do PDS que, apesar das pressões do governo e do partido, votaram a favor da emenda. De qualquer forma, tendo em vista a composição do Senado, era muito problemático que a emenda passasse no senado, caso fosse aprovado pela Câmara.

Nesse contexto, *Inútil* foi composta em abril de 1983, mas por problemas com a censura a música só foi lançada em outubro do mesmo ano. A recriminação ao governo consiste na postura explícita nos primeiros versos: *A gente não sabemos / Escolher presidente [...]*. A ideologia expressa é a de que o cidadão brasileiro, nessa época, não tinha o direito de escolher os seus representantes políticos, não porque “não sabemos”, como diz a canção, mas sim porque esse direito não era concedido aos que não formavam o “tripé econômico”, do qual fala Kucinski (2001, p. 9):

A ditadura se sustentava numa aliança de três grupos de interesses bem definidos, chamada de tripé econômico: os empresários nacionais [...]; as empresas estrangeiras [...]; e o Estado [...]. O regime militar, na ótica dessa aliança dominante, havia alcançado nível supremo de qualidade ao **excluir o povo**, em especial os trabalhadores, **da condição de participantes ativos do processo de decisão**. (grifo nosso)

Diante dessa exclusão da participação política o compositor se inclui na categoria dos excluídos para manifestar as suas inquietações, expressando um sentimento de inutilidade. Se não era permitido que o presidente fosse escolhido pelo povo, é porque esta classe era considerada “menor” e isso ocasionava um anseio de ser sem préstimo, tanto é que “*A gente não sabemos / Nem escovar os dente*”. Por esse ângulo, analisamos o discurso do locutor pelo viés da subjetividade posta por Benveniste. Conforme Benveniste (1966 apud BRANDÃO, 2004, p. 56), “introduz-se aquele que fala na sua fala [...] é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como *sujeito*” (grifo do autor).

Sendo assim, o *eu* – espaço ocupado pelo locutor, nesse caso, Roger Rocha Moreira – se enuncia como *sujeito* participante da ação, ou seja, posiciona-se entre os indivíduos brasileiros sem direito ao exercício da cidadania. “Nesse sentido é que para a AD não existe o sujeito individual, mas apenas o sujeito ideológico: a ideologia se manifesta (é falada) através dele” (MUSSALIM & BENTES, 2004, p. 134).

Charaudeau (2007, p. 245) em seu artigo intitulado “*Pathos* e discurso político”, afirma que “o sujeito falante então, recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor – ou do público – de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo”. Sedução e medo não, mas sim protesto e inconformismo são os sentimentos que o sujeito falante de *Inútil* objetiva provocar na população brasileira.

De uma forma geral, os versos de *Inútil* manifestam também decepção por ser brasileiro. Atestamos essa afirmação com base em Costa (2001, p. 310): “há uma tendência anti-nacionalista expressa [...] por uma visão pessimista do país, implicando numa certa frustração de ter nascido brasileiro”. Ainda é possível evidenciar uma ânsia pela liberdade de expressão, veja os seguintes

versos: *A gente faz música / E não consegue gravar / A gente escreve livro / E não consegue publicar / A gente escreve peça / E não consegue encenar*. O “não conseguir” implica em “não poder”, pois a censura combatia fervorosamente todos os tipos de manifestação.

Brandão (2004, p. 9) citando Bakhtin, afirma que:

A palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam.

Não há, portanto, discurso sem ideologia. Os grupos sociais usam a linguagem para transmitir suas concepções da realidade, a que se chama ideologia. Conforme Fiorin (2007, p. 28), a ideologia caracteriza-se como um conjunto de ideias, de representações, que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. “A ideologia não deve ser concebida como ‘visão de mundo’, mas como modo de organização” (MAINGUENEAU, 1993, p. 60). O compositor faz uso de meios artísticos para evocar a atenção do grupo nacional em relação ao desempenho dos direitos políticos pelo Estado e isso produz efeitos de sentido. Assim, superficialmente, numa primeira leitura³, a música poderia ser vista como uma ofensa por afirmar que “somos inúteis”, mas, na verdade, trata-se de um alerta aos membros da sociedade; uma reflexão sobre o quê e como se pensava, valorizava e agia, constituindo assim, um segundo plano de compreensão, pois “a recorrência de traços semânticos é que estabelece que leituras devem ou podem ser feitas de um texto. Uma leitura não tem origem na intenção do leitor de interpretar o texto de uma dada maneira, mas está inscrita no texto como virtualidade, como possibilidade”. (PLATÃO; FIORIN, 2006, p. 126)

Segundo Pêcheux (1975 apud BRANDÃO, 2004, p. 77),

³ Usa-se “leitura” porque se pretende referir apenas aos signos verbais escritos e não ao conjunto que forma a música.

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo* (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (grifo do autor)

Explicitamos essa ideia colocando em evidência que a significação do texto se dá no espaço discursivo que os dois interlocutores ocupam, pois a formação ideológica do sujeito é quem determina a compreensão que este terá do mundo. Em relação à letra da música, isto implica dizer que ela foi produzida por um *eu* brasileiro excluído para um *tu* brasileiro excluído, assim, o efeito de sentido almejado pelo produtor é alcançado pelo interlocutor.

“O sujeito inscreve-se de *maneira indissociável* em processos de organização social e textual” (MAINGUENEAU, 1993, p. 60), isto é, o falante faz uso da linguagem para traduzir e materializar uma situação histórica real e a sua (a nossa) posição diante de tal situação, pois a linguagem é marca de identidade, uma vez que o uso da palavra manifesta a visão de mundo do sujeito. Para a Análise do Discurso “o centro da relação não está nem no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro” (BRANDÃO, 2004, p. 76). Deste modo, o locutor em *Inútil*, expressa uma identidade coletiva por meio da identidade individual, isto é, o compositor revela uma ideologia que é sua e dessa forma entra em contato direto com a população nacional, ao passo que dividem uma mesma formação ideológica, a de ser brasileiro sem direitos políticos.

Podemos ver a questão da identidade do falante por outro viés, o da Sociolinguística. Esta se encarrega de estudar a língua e toda sua variedade. A variação linguística, nesse caso, não identifica variedades regionais, sociais, por exemplo; antes marca uma nacionalidade, porque a maneira específica como o locutor se expressa representa a voz de toda a população brasileira. Nessa perspectiva, versos como os seguintes (*A gente não sabemos / Nem escovar os dente / Que nós é indigente / A gente somos inútil! / A gente faz carro / A gente pede grana / A gente escreve livro / A gente joga bola*) representam a maneira de um grupo, chamado Brasil, anunciar para o mundo que a sua fala proclama insatisfação e revolta.

Conforme Maingueneau (1993, p. 151),

Tornou-se lugar-comum dizer que o léxico de uma língua não pode ser considerado independentemente das ideologias que circulam no interior da uma sociedade, das posições de seus usuários. O analista do discurso certamente lida com palavras que figuram nos dicionários, mas não é nele que encontrará todos os elementos que lhe são necessários para apreender o valor de uma palavra em uma formação discursiva determinada.

O discurso é carregado de conteúdos implícitos e explícitos. Na letra da música, mesmo nos versos de sentido mais explícito, como nos dois primeiros (*A gente não sabemos / Escolher presidente*) a intenção do sujeito permanece implícita. Observe que está grafado “a gente não sabemos escolher presidente” e, como já foi mencionado, a realidade da época era outra: não era permitido que o sujeito dissociado da “aliança dos três grupos” escolhesse o presidente. Dessa forma, usa-se o “não sabemos” para implicitamente afirmar que o cidadão não podia votar. Ducrot (1977 apud LACERDA, 2001, p. 82) mostra a importância dos implícitos na comunicação e diz que “dentro das línguas naturais, há momentos que o falante, por uma razão ou outra, não deseja ou não pode emitir explicitamente uma determinada opinião.” Nesse caso, conjugam-se os dois fatores (não desejar e não poder) considerando o papel da censura e o regime de governo vigente.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho foi iniciado com a finalidade de estudar a linguagem em uma base interacionista, isto é, consideramos aspectos sociais, culturais, históricos e políticos, uma vez que a comunicação é entendida como ação, pois o compositor age a partir do momento em que fez um protesto sutil, porém carregado de ideologia.

Inútil está fundamentada num período marcado pela opressão por parte do governo e revolta por parte da população, o Regime Militar. O perfil do governo impedia que muitos cidadãos manifestassem a sua insatisfação, mas os músicos, considerados ousados, não temiam

em satirizar a situação por meio da arte. Esta é uma forma de conquistar adeptos à ideologia expressa. É isto que acontece nesta produção, ao passo que, por telefone, Roger Moreira fala da postura crítica e determinada que assumiu em relação à conjectura política do Brasil, após ter morado um ano e meio fora do país, o que lhe incentivou a compor *Inútil*.

Temos na letra estudada a função de dar voz às pessoas impedidas de revelar um discurso contrário ao sistema em vigor na época, além de fazer com que o cidadão perceba sua “inutilidade” dentro de um contexto que poda o exercício da cidadania. São estes ideais que o autor expressa por meio de uma letra aparentemente “absurda” – impressão que se tem num primeiro plano de leitura, que gera um efeito de desvalia – mas, quando analisada a fundo desencadeia outro plano de leitura, pois notamos a riqueza discursiva empregada, o jogo artístico desempenhado com as palavras.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos e discurso político*. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília (Org.). *As emoções no discurso*, vol. 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *O que é Ideologia*. 38ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos: 13)

COSTA, Nelson Barros da. *A produção do discurso lítero-musical brasileiro*. São Paulo: s.n., 2001. Tese de Doutorado – Linguística Aplicada. PUCSP.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2007.

- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LACERDA, Naziozênio Antônio. *A importância dos implícitos no discurso político*. 2001. 149 f. Dissertação de Mestrado – Linguística Aplicada. PUCRS, Porto Alegre.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução de INDURSKY, Freda. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª edição, 1993.
- _____, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Tradução de BARBOSA, Márcio Venício e LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- MUSSALIM, Fernanda. *Análise do Discurso*. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. (Org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.
- SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. *Lições de texto: leitura e redação*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2006.